

BOLETIM Finanças Públicas \$

Segundo Quadrimestre de 2025

Governo do Estado do Piauí

Rafael Tajra Fonteles

Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN)

Washington Luís de Sousa Bonfim

Centro de Inteligência em Economia e Estratégia Territorial (CIET)

Cíntia Bartz Machado

Diretoria de Economia Aplicada e Estatística (DEAE)

Diarlison Lucas Silva da Costa

Diretoria de Análise e Avaliação de Políticas Públicas (DAPP)

Liége de Souza Moura

Diretoria de Planejamento e Inteligência Territorial (PLANTI)

Bruna de Freitas Iwata

Gerência de Estudos Econômicos (GEE)

Renata de Lacerda Antunes Borges Lopes

Equipe de Elaboração

Renata de Lacerda Antunes Borges Lopes

Setor de Publicações

Luciana Maura Sales de Sousa

Teresa Cristina Moura Araújo Nunes

Diagramação

Marcos Matheus Pereira Barbosa

Normalização

Adriana Melo Lima

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Adriana Melo Lima CRB – 13/842

Boletim – Finanças públicas [recurso eletrônico] / CIET/SEPLAN – Teresina – PI :
CIET/SEPLAN, 2026.

15 p. : il. color. v.1 n. 1 (quadrimestral)

1. Finanças públicas – Piauí. 2. Planejamento. 3. Desempenho fiscal.
4. Endividamento. I. Título.

CDU 336.1(812.2)

Contato

SUPERINTENDÊNCIA CIET/SEPLAN BIBLIOTECA PÁDUA RAMOS

Av. Miguel Rosa, 3190/Centro Sul – CEP 64001-490

Teresina-PI Telefone: 0xx86 3221-4809, 3215-4252 – Ramal: 21/22

Email: assessoria.cepro@seplan.pi.gov.br

Sítio: www.seplan.pi.gov.br/cepro/publicacoes/



APRESENTAÇÃO

O Centro de Inteligência em Economia e Estratégia Territorial (CIET/SEPLAN) apresenta o *Boletim de Finanças Públicas*, elaborado como subsídio técnico ao planejamento governamental e ao acompanhamento da execução orçamentária e fiscal do estado do Piauí.

As finanças públicas constituem um instrumento estruturante da ação estatal, pois organizam a capacidade de financiamento de políticas públicas e orientam a gestão do orçamento diante de prioridades sociais, compromissos obrigatórios e ciclos econômicos.

Neste contexto, o presente segmento examina o comportamento das receitas orçamentárias (correntes, de capital e intraorçamentárias), a evolução de componentes relevantes da arrecadação (com destaque para ICMS, FPE e IRRF), o perfil das despesas liquidadas (correntes, de capital e intraorçamentárias) e os principais indicadores de dívida (DC e DCL), tomando como referência os demonstrativos oficiais do RREO e do RGF, para o recorte de maio a agosto, no comparativo 2024-2025.

A leitura integrada das receitas, despesas e dívida permite avaliar a robustez das fontes de arrecadação, a rigidez dos gastos correntes, o esforço de investimento e a sustentabilidade do endividamento, elementos decisivos para o planejamento e para a eficiência do gasto público.



RESUMO

No período de maio a agosto de 2025, as receitas totais do Poder Executivo estadual somaram R\$ 7,30 bilhões, com queda nominal de 14,03% frente ao mesmo intervalo de 2024, movimento explicado principalmente pela forte retração das Receitas de Capital (82,82%), associada ao recuo das Operações de Crédito (92,83%).

Em contrapartida, as Receitas Correntes cresceram 9,28%, sustentadas pelo avanço de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (18,11%) e pelo aumento das Transferências Correntes (4,53%), reforçando a centralidade das fontes recorrentes no financiamento estadual.

Do lado da despesa, as despesas liquidadas atingiram R\$ 8,44 bilhões, com alta nominal de 5,24% em relação a 2024, com aceleração das Despesas Correntes (+12,32%), notadamente Pessoal e Encargos (+7,02%) e Juros e Encargos da Dívida (+39,74%), e retração das Despesas de Capital (13,44%), puxada pela redução dos Investimentos (23,14%). No endividamento, a Dívida Consolidada Líquida alcançou R\$ 10,94 bilhões em agosto de 2025 (+1,70% frente a dezembro de 2024) e o indicador DCL/RCL ajustada recuou para 61,00%, mantendo-se em patamar confortável e distante do limite de referência de 200%.

Palavras-chave: finanças públicas – Piauí; planejamento; desempenho fiscal; endividamento.



SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 RECEITAS DO GOVERNO ESTADUAL	5
3 RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	9
4 PRINCIPAIS RECEITAS CORRENTES	10
5 DESPESAS DO GOVERNO ESTADUAL	11
6 DÍVIDA CONSOLIDADA E DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	13
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	15
REFERÊNCIAS	15



1 INTRODUÇÃO

As finanças públicas constituem referência para a condução do planejamento governamental, na medida em que evidenciam a capacidade do Estado de financiar políticas públicas, manter a regularidade dos serviços e preservar condições fiscais compatíveis com a execução de investimentos.

A apreciação desses resultados permite avaliar, de forma consistente, o grau de previsibilidade da arrecadação, a pressão exercida pelas despesas obrigatórias e a margem efetiva para decisões discricionárias, elementos que condicionam a eficiência da gestão e a resposta a choques e contingências.

Nessa perspectiva, este Boletim apresenta uma análise do desempenho fiscal do Poder Executivo do Piauí, com ênfase no comportamento agregado das receitas e despesas e na evolução do endividamento, com destaque para a Dívida Consolidada e a Dívida Consolidada Líquida. A análise fundamenta-se nos dados oficiais do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), referentes ao recorte de maio a agosto, no comparativo 2024-2025, e em informações do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), ambos disponibilizados no SICONFI/Tesouro Nacional.

A consolidação dessas evidências visa conferir maior objetividade ao diagnóstico fiscal, subsidiar decisões de curto e médio prazo e ampliar a transparência e a qualidade da informação para fins de planejamento de médio e longo prazo.

2 RECEITAS DO GOVERNO ESTADUAL

As receitas públicas são responsáveis por garantir o ingresso e a disponibilidade de recursos financeiros necessários para o financiamento de programas, projetos, atividades e ações relacionadas às políticas públicas e a todas as prestações do poder público. Essas receitas viabilizam a execução e a entrega de prestações e serviços essenciais tanto para a sociedade como para a administração pública. No cômputo desses valores são levados em considerações as disponibilidades financeiras das receitas orçamentárias, classificadas em Receitas Correntes e Receitas de Capital, e das Receitas Intraorçamentárias.



As Receitas Correntes constituem os recursos arrecadados dentro do exercício e são oriundos das receitas de tributos, de contribuições, da exploração do patrimônio estatal, da exploração de atividades econômicas (Agropecuária, Industrial e de Serviços), de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (Transferências Correntes) e de demais receitas que não se enquadram nos itens anteriores (Outras Receitas Correntes).

As Receitas de Capital são as provenientes de recursos financeiros oriundos da captação de crédito, da conversão, em espécie, de bens e direitos, do recebimento de recursos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinados a atender Despesas de Capital e do superávit do Orçamento Corrente.

Com relação às Receitas Intraorçamentárias, podem ser compreendidas como receitas de órgãos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social do Estado. Não representam novas entradas de recursos nos cofres públicos do ente, mas apenas remanejamento de receitas entre seus órgãos e instituições.

Tabela 1 – Receitas do estado do Piauí: Poder Executivo – 2024 e 2025 (maio a agosto)

Receita	2024		2025		Variação (%)
	Valor R\$	Part. %	Valor R\$	Part. %	
RECEITAS CORRENTES	5.716.593.730,23	67,32	6.246.988.691,24	85,58	9,28
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.025.674.182,25	23,85	2.392.453.002,02	32,77	18,11
Contribuições	332.098.650,36	3,91	331.123.047,52	4,54	-0,29
Receita Patrimonial	153.343.848,63	1,81	173.672.155,27	2,38	13,26
Receita de Serviços	11.785.277,52	0,14	17.526.965,80	0,24	48,72
Transferências Correntes	3.152.514.391,04	37,12	3.295.261.590,00	45,14	4,53
Outras Receitas Correntes	41.177.380,43	0,48	36.951.930,63	0,51	-10,26
RECEITAS DE CAPITAL	2.103.790.702,33	24,77	361.412.054,18	4,95	- 82,82
Operações de Crédito	2.068.237.841,96	24,36	148.212.901,61	2,03	-92,83
Alienação de Bens	699.452,41	0,01	1.692.595,59	0,02	141,99
Transferências de Capitais	33.085.734,54	0,39	209.239.986,25	2,87	532,42
Amortizações de Empréstimos	1.767.673,42	0,02	2.266.570,73	0,03	28,22
RECEITAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS)	671.424.046,92	7,91	691.607.317,56	9,47	3,01
Total Geral	8.491.808.479,48	100	7.300.008.062,98	100	- 14,03
Receita Corrente Líquida	5.487.124.462,03	64,62	5.995.086.943,79	82,12	9,26

Fonte: SICONFI - Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO, 3º e 4º bimestres (2024/2025); Relatório de Gestão Fiscal RGF. Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Considerando o período de maio a agosto de 2025, o total geral de receitas (Tabela 1) realizadas pelo Poder Executivo do Estado do Piauí somou R\$ 7.300.008.062,98, registrando queda nominal de 14,03% em relação ao mesmo



período de 2024 (R\$ 8.491.808.479,48). Esse resultado decorre, sobretudo, da forte retração das Receitas de Capital, que passaram de R\$ 2.103.790.702,33 em 2024 para R\$ 361.412.054,18 em 2025 (-82,82%), reduzindo significativamente sua contribuição para o total arrecadado.

Em sentido oposto, as Receitas Correntes cresceram 9,28%, alcançando R\$ 6.246.988.691,24 (ante R\$ 5.716.593.730,23 em 2024), com destaque para o avanço dos Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, que totalizaram R\$ 2.392.453.002,02 (+18,11%) e para as Transferências Correntes, que atingiram R\$ 3.295.261.590,00 (+4,53%).

Em conjunto, tributos e transferências correntes somaram R\$ 5.687.714.592,02, equivalendo a aproximadamente 77,9% do total de receitas do período em 2025, evidenciando o papel central dessas fontes no financiamento do Estado. Também houve expansão da Receita Patrimonial (+13,26%) e da Receita de Serviços (+48,72%), ainda que esta última permaneça com participação reduzida no total. Por outro lado, Outras Receitas Correntes recuaram 10,26%.

Ressalta-se que a elevação das Receitas Correntes incorpora, também, a alta nos preços de bens e serviços ao longo dos meses anteriores. A inflação, aferida pelo IPCA em âmbito nacional, afeta o valor da arrecadação fiscal na medida em que a elevação dos preços faz com que a incidência das alíquotas favoreça a cobrança de tributos em maiores valores nominais, acarretando maiores receitas, seja as de tributação direta seja as decorrentes das transferências oriundas da arrecadação de competência da União, que indiretamente são transferidas aos entes da federação por meio do FPE. Em 2025, a inflação registrada no acumulado dos 12 meses com referência em agosto de 2024 foi de 5,11%.

A queda das Receitas de Capital foi explicada principalmente pelo recuo nas Operações de Crédito, que diminuíram de R\$ 2.068.237.841,96 para R\$ 148.212.901,61 (-92,83%). Em compensação parcial, as Transferências de Capital cresceram de forma expressiva, passando de R\$ 33.085.734,54 para R\$ 209.239.986,25 (+532,42%), além do aumento em Alienação de Bens (+141,99%) e em Amortizações de Empréstimos (+28,22%), sem, contudo, reverter a retração do agregado de capital.



Por fim, as Receitas Intraorçamentárias apresentaram aumento de 3,01%, totalizando R\$ 691.607.317,56 (ante R\$ 671.424.046,92 em 2024). A Receita Corrente Líquida também avançou 9,26%, passando de R\$ 5.487.124.462,03 para R\$ 5.995.086.943,79, reforçando o crescimento das entradas recorrentes no período analisado.

3 RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Outra fonte que influencia e impacta a execução fiscal é a Receita Corrente Líquida (RCL), que corresponde à receita corrente total do ente federado deduzida as parcelas entregues aos municípios por determinação constitucional e legal. Seu saldo serve como parâmetro para os limites da despesa com pessoal e endividamento de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Como uma das técnicas sugeridas para análise da RCL, deve-se observar que se trata de um parâmetro fundamental na composição dos índices previstos na aplicação da LRF, devendo ser computadas todas as receitas correntes da administração direta, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, realizando-se as deduções previstas, inclusive das possíveis duplicidades.

No período em análise, houve um aumento na Receita Corrente Líquida em R\$ 754,9 milhões (+12,99%), que passou de R\$ 5.809.727.204,08 ao final de agosto de 2024 para R\$ 6.564.649.315,09 no final do quarto bimestre do exercício de 2025 (Tabela 2). Assim, a execução fiscal vigente apresenta um cenário favorável em relação à formação da Receita Corrente Líquida estadual.

4 PRINCIPAIS RECEITAS CORRENTES

A Tabela 2 traz o comportamento de algumas das principais fontes de receita do Estado e suas participações na composição da Receita Corrente efetivamente arrecada para o Piauí.



No período de maio a agosto de 2025, as principais Receitas Correntes do Poder Executivo do Piauí apresentaram crescimento nominal expressivo. Conforme a Tabela 2, o total arrecadado por ICMS, Cota-Parte do FPE, IRRF, Contribuições e IPVA passou de R\$ 5.809.727.204,08 em 2024 para R\$ 6.564.649.315,09 em 2025, o que representa aumento de 12,99%.

**Tabela 2 – Principais Receitas Correntes: Poder Executivo – 2024 e 2025
(maio a agosto)**

RECEITA ORIGINÁRIA	2024		2025		Variação %
	Valor R\$	Part. %	Valor R\$	Part. %	
ICMS	2.564.541.007,03	44,14	2.895.919.406,22	44,11	12,92
Cota-Parte do FPE	2.597.755.679,22	44,71	2.878.233.711,46	43,84	10,80
IRRF	228.384.424,81	3,93	389.340.342,29	5,93	70,48
Contribuições	332.098.650,36	5,72	331.123.047,52	5,04	- 0,29
IPVA	86.947.442,66	1,50	70.032.807,60	1,07	- 19,45
TOTAL	5.809.727.204,08	100,00	6.564.649.315,09	100,00	12,99

Fonte: SICONFI - Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO, 3º e 4º bimestres (2024/2025).
Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

O desempenho foi sustentado, principalmente, pelo avanço do ICMS e do FPE, que permaneceram como as maiores fontes de arrecadação. O ICMS cresceu 12,92%, atingindo R\$ 2.895.919.406,22, e manteve participação elevada, de 44,14% em 2024 para 44,11% em 2025. Já a Cota-Parte do FPE aumentou 10,80%, totalizando R\$ 2.878.233.711,46, embora com leve redução de participação, de 44,71% para 43,84%.

O IRRF apresentou o maior crescimento relativo no período, com alta de 70,48%, passando de R\$ 228.384.424,81 para R\$ 389.340.342,29, elevando sua participação de 3,93% para 5,93%. Em contraste, as Contribuições permaneceram praticamente estáveis, com pequena variação negativa de 0,29% (de R\$ 332.098.650,36 para R\$ 331.123.047,52) e redução de participação de 5,72% para 5,04%.

Quanto ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), que é um tributo de competência estadual e tem como fato gerador a propriedade de veículo automotor de qualquer espécie, comparativamente, houve uma retração de 19,45%, caindo de R\$ 86.947.442,66 para R\$ 70.032.807,60, e reduzindo sua participação de 1,50% para 1,07%.



5 DESPESAS DO GOVERNO ESTADUAL

A despesa pública demonstra os dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção de seus órgãos e entidades e a entrega dos serviços públicos prestados à sociedade. É classificada como Despesas Correntes, que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de bem de capital; Despesas de Capital, que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de bens de capital; e Despesas Intraorçamentárias, que representam os dispêndios e a realização de dotações entre órgãos e entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social do mesmo ente.

Os dados constantes na Tabela 3 contêm a composição das despesas governamentais dos anos 2024 e 2025 para o período de maio a agosto de 2025. Em 2025, o total geral de despesas liquidadas atingiu R\$ 8.442.649.352,49, o que representa aumento nominal de 5,24% em relação a 2024 (R\$ 8.022.561.119,03). Ressalta-se que as despesas liquidadas correspondem àquelas em que o objeto do empenho (bem, serviço ou obra) foi efetivamente entregue, configurando o reconhecimento da obrigação pela administração pública.

No recorte por natureza, as Despesas Correntes totalizaram R\$ 6.041.424.495,48 em 2025, com crescimento de 12,32% frente a 2024 (R\$ 5.378.569.086,53), elevando sua participação de 67,04% para 71,56% do total. Esse avanço foi influenciado principalmente pelo aumento em Outras Despesas Correntes, que somaram R\$ 2.466.322.798,63 (+14,92%, acréscimo de R\$ 320.167.850,19), além da expansão em Pessoal e Encargos Sociais, que alcançaram R\$ 3.080.449.219,54 (7,02%, incremento de R\$ 202.005.828,22). Também se destaca a elevação de Juros e Encargos da Dívida, que passaram para R\$ 494.652.477,31 (+39,74%, acréscimo de R\$ 140.681.730,54).



Tabela 3 – Despesas liquidadas: Poder Executivo – 2024 e 2025 (maio a agosto)

Despesas	2024		2025		Variação %
	Valor R\$	Part. (%)	Valor R\$	Part. (%)	
DESPESAS CORRENTES	5.378.569.086,53	67,04	6.041.424.495,48	71,56	12,32
Pessoal e Encargos Sociais	2.878.443.391,32	35,88	3.080.449.219,54	36,49	7,02
Juros e Encargos da Dívida	353.970.746,77	4,41	494.652.477,31	5,86	39,74
Outras Despesas Correntes	2.146.154.948,44	26,75	2.466.322.798,63	29,21	14,92
DESPESAS DE CAPITAL	1.963.119.639,57	24,47	1.699.197.921,30	20,13	- 13,44
Investimentos	1.391.584.042,30	17,35	1.069.521.610,12	12,67	-23,14
Amortizações	311.506.623,65	3,88	395.801.444,68	4,69	27,06
Inversões Financeiras	260.028.973,62	3,24	233.874.866,50	2,77	-10,06
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	680.872.392,93	8,49	702.026.935,71	8,32	3,11
TOTAL GERAL	8.022.561.119,03	100,00	8.442.649.352,49	100,00	5,24

Fonte: SICONFI - Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO, 3º e 4º Bimestres (2024/2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Por sua vez, as Despesas de Capital registraram retração, totalizando R\$ 1.699.197.921,30 em 2025, o que corresponde a queda de 13,44% em relação a 2024 (R\$ 1.963.119.639,57) e redução de participação de 24,47% para 20,13%. O recuo foi explicado, sobretudo, pela diminuição dos Investimentos, que passaram de R\$ 1.391.584.042,30 para R\$ 1.069.521.610,12 (-23,14%, redução de R\$ 322.062.432,18), e pelas Inversões Financeiras, que caíram para R\$ 233.874.866,50 (-10,06%, retração de R\$ 26.154.107,12).

Em sentido contrário, as Amortizações aumentaram para R\$ 395.801.444,68 (+27,06%, acréscimo de R\$ 84.294.821,03), atenuando parcialmente a queda do agregado. Por fim, as Despesas Intraorçamentárias somaram R\$ 702.026.935,71 em 2025, com variação positiva de 3,11% em relação a 2024 (R\$ 680.872.392,93), mantendo participação relativamente estável no total (de 8,49% para 8,32%).

6 DÍVIDA CONSOLIDADA E DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

A Dívida Consolidada (DC), que expressa o total das obrigações assumidas pelo Estado, alcançou R\$ 14.196.115.414,00 em 30/08/2025, registrando aumento de 7,72% em relação ao saldo de 31/12/2024 (R\$ 13.178.868.744,35), conforme a Tabela 4. No mesmo intervalo, a Receita Corrente Líquida (RCL) também apresentou crescimento, passando de R\$ 17.181.161.335,79 para R\$ 17.934.365.288,25, o que corresponde a uma variação de 4,38%.



Outro aspecto importante para a análise das finanças públicas é a Dívida Consolidada Líquida (DCL), que reflete o montante da dívida consolidada deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. Com base no disposto na LRF, a DCL é importante para determinar os limites do nível de endividamento que os entes federados podem contrair. No caso dos estados e Distrito Federal, o limite estabelecido é de 200% da Receita Corrente Líquida (RCL).

Tabela 4 – Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida do estado do Piauí (2024/2025) – (R\$)

RESUMO DA DÍVIDA	31/12/2024	30/08/2025	VARIAÇÃO %
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	13.178.868.744,35	14.196.115.414,00	7,72
DEDUÇÕES (II)	2.425.993.795,87	3.260.375.279,50	34,39
Disponibilidade de Caixa	2.375.498.613,58	3.229.888.903,11	35,97
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.255.816.458,83	3.679.360.301,18	13,01
(-) Restos a Pagar Processados	610.646.900,61	200.481.321,85	-67,17
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	269.670.944,64	248.990.076,22	-7,67
Demais Haveres Financeiros	50.495.182,29	30.486.376,39	-39,63
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	10.752.874.948,48	10.935.740.134,50	1,70
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	17.181.161.335,79	17.934.365.288,25	4,38
RECEITA CONSOLIDADA LÍQUIDA AJUSTADA (RCL) (V)	17.143.155.807,12	17.926.360.626,33	4,57
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/V)	76,88	79,19	3,01
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/V)	62,72	61,00	-2,74
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	34.362.322.671,58	35.852.721.252,66	4,34
Limite de Alerta (Inciso III do § 1º do Art. 59 da LRF)	30.857.680.452,82	32.267.449.127,39	4,57

Fonte: SICONFI - Relatório de Gestão Fiscal – RGF, 2º quadrimestre (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

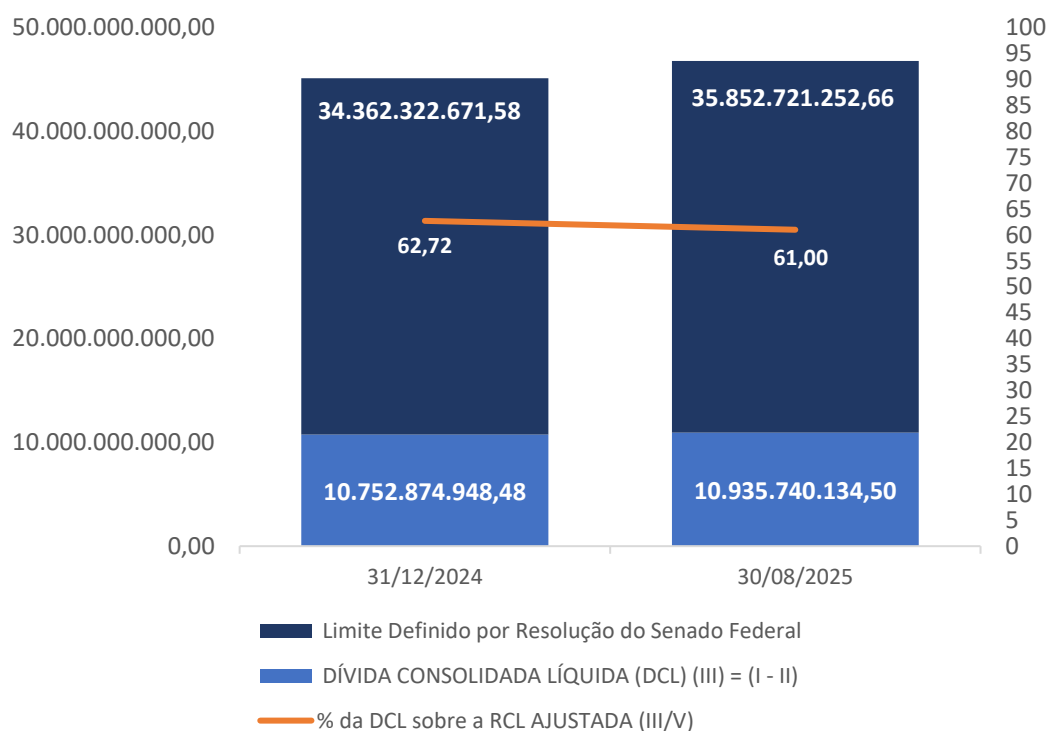
Conforme a Tabela 4, as deduções aumentaram de R\$ 2.425.993.795,87 em 31/12/2024 para R\$ 3.260.375.279,50 em 30/08/2025 (+34,39%), refletindo principalmente a elevação da Disponibilidade de Caixa, que passou de R\$ 2.375.498.613,58 para R\$ 3.229.888.903,11 (+35,97%). A combinação de maior endividamento bruto com aumento das deduções resultou em uma DCL de R\$ 10.935.740.134,50 em 30/08/2025, representando alta de 1,70% em relação ao saldo de R\$ 10.752.874.948,48 em 31/12/2024.

O Gráfico 1 traz a representação do endividamento estadual a partir da Dívida Consolidada Líquida e do teto de endividamento estabelecido pelo Senado Federal.



Destaca-se que o nível de comprometimento da DCL em relação à Receita Corrente Líquida Ajustada acumulou uma diminuição de 1,72%, passando de 62,72% em dezembro de 2024 para 61,00% ao final de agosto de 2025. Com isso, o controle do endividamento estadual apresenta-se em nível favorável, bem distante do limite estabelecido pelo Senado Federal (200%).

Gráfico 1 – Dívida Consolidada Líquida (R\$) e % da DCL/RCL no estado do Piauí em 2024 e 2025



Fonte: SICONFI - Relatório de Gestão Fiscal – RGF, 1º quadrimestre (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Desse modo, e conforme os dados da execução orçamentária anual, o cenário fiscal de 2025 mostra-se estável e favorável no que se refere ao controle do endividamento e ao controle do equilíbrio fiscal.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O comparativo entre maio e agosto de 2024 e 2025 sugere um quadro fiscal em que as receitas correntes mantiveram trajetória de fortalecimento, enquanto as fontes de capital apresentaram retração relevante, alterando a composição do financiamento



do Estado. No período, as receitas totais somaram R\$ 7,30 bilhões em 2025, com variação nominal de -14,03% frente a 2024, movimento associado principalmente à redução das Receitas de Capital (-82,82%), em especial das Operações de Crédito (-92,83%).

Em contrapartida, as Receitas Correntes avançaram 9,28%, sustentadas pelo crescimento dos impostos, taxas e contribuições (+18,11%) e pela expansão das transferências correntes (+4,53%), reforçando a importância dessas fontes para a manutenção do equilíbrio orçamentário no curto prazo.

No lado da despesa, as despesas liquidadas alcançaram R\$ 8,44 bilhões em 2025 (+5,24%), com maior participação das Despesas Correntes (+12,32%), especialmente Pessoal e Encargos (+7,02%) e Juros e Encargos da Dívida (+39,74%). Ao mesmo tempo, as Despesas de Capital recuaram (-13,44%), com redução dos Investimentos (-23,14%), indicando um período de menor tração do gasto voltado à ampliação da capacidade de investimento público.

Quanto ao endividamento, a Dívida Consolidada Líquida atingiu R\$ 10,94 bilhões em agosto de 2025 (+1,70% em relação a dezembro de 2024) e o indicador DCL/RCL ajustada recuou para 61,00%, permanecendo em patamar confortável e distante do limite de referência de 200%. Esses resultados indicam que, apesar das oscilações na estrutura de financiamento, o controle do endividamento segue favorável, apoiado também pela elevação das deduções (com destaque para a disponibilidade de caixa).

Por fim, o período analisado reforça a importância de manter a trajetória de solidez das receitas correntes, monitorar de forma contínua os componentes de despesa com maior rigidez, em especial pessoal e serviço da dívida, e reconstruir, de maneira gradual e planejada, a capacidade de investimento, de modo a conciliar a continuidade das políticas públicas com a execução de iniciativas estruturantes, preservando os parâmetros de sustentabilidade fiscal evidenciados ao longo do boletim.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI)**. Brasília, DF: STN, [s.d.]. Disponível em: <https://siconfi.tesouro.gov.br/>. Acesso em: 20 jan. 2026. (Siconfi)

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)**. Brasília, DF: STN, 2024–2025. Disponível em: <https://siconfi.tesouro.gov.br/>. Acesso em: 20 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Relatório de Gestão Fiscal (RGF): 1º e 2º quadrimestres (2025)**. Brasília, DF: STN, 2025. Disponível em: SICONFI. Acesso em: 26 jan. 2026.